



INSITUTO

BUTANTAN

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2024

Sumário

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	2
Balanços Patrimoniais	5
Demonstração do Resultado	6
Demonstração dos Resultados Abrangentes	7
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstração dos Fluxos de Caixa	9
1. Contexto operacional	10
2. Base de preparação	11
3. Novos pronunciamentos	14
4. Caixa e equivalentes de caixa	15
5. Recursos de parcerias com terceiros (convênios)	15
6. Contas a receber de clientes	16
7. Estoques	17
8. Adiantamentos, despesas antecipadas e outras contas a receber	19
9. Ativo imobilizado	19
10. Ativo intangível	24
11. Fornecedores	25
12. Empréstimos e financiamentos	25
13. Obrigações sociais e trabalhistas	29
14. Obrigações tributárias	29
15. Parcerias com terceiros (convênios)	29
16. Arrendamento Mercantil	31
17. Provisão trabalhista e cível	33
18. Partes relacionadas	35
19. Patrimônio líquido	36
20. Receita operacional líquida	37
21. Custos dos produtos e mercadorias vendidas	38
22. Despesas gerais e administrativas	39
23. Outras receitas e despesas líquidas	40
24. Resultado financeiro líquido	41
25. Instrumentos financeiros	42
26. Aspectos fiscais – (renúncia fiscal)	48
27. Cobertura de seguros	49
28. Eventos subsequentes	50
PARECER DO CONSELHO FISCAL	51
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	52
DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES	53

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras



Shape the future
with confidence

Sao Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
6º ao 10º andar - Vila Nova Conceição
04543-011 - Sao Paulo - SP - Brasil
Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos conselheiros e administradores da
Fundação Butantan.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Fundação Butantan (“Fundação”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Fundação em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Fundação, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Fundação continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Fundação ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Fundação são aqueles com responsabilidade pela



Shape the future
with confidence

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Fundação.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Fundação. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Fundação a não mais se manter em continuidade operacional.

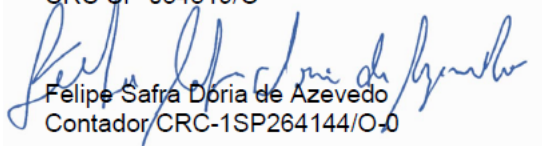


Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras--Continuação

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 14 de março de 2025

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Felipe Safra Dória de Azevedo
Contador CRC-1SP264144/O-0

Balanços Patrimoniais

Ativo	Nota	2024	2023	Passivo	Nota	2024	2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.910.443	3.648.763	Fornecedores	11	424.610	350.759
Recursos de parcerias com terceiros (Convênios)	5	22.126	38.786	Empréstimos e financiamentos	12	11.525	-
Contas a receber de clientes	6	314.374	244.738	Obrigações sociais e trabalhistas	13	88.981	82.303
Instrumentos financeiros derivativos	25	13.038	-	Obrigações tributárias	14	72.260	36.880
Estoques	7	674.980	842.062	Parcerias com terceiros (Convênios)	15	22.126	38.786
Adiantamentos e despesas antecipadas	8	7.574	3.422	Arrendamentos Mercantil	16	915	3.379
Outras contas a receber	8	1.392	548	Outras obrigações		6.680	8.557
Total ativo circulante		5.943.927	4.778.319	Total do passivo circulante		627.097	520.664
Não circulante				Não circulante			
Depósitos judiciais	17	373	312	Empréstimos e financiamentos	12	320.000	-
Imobilizado	9	1.889.238	1.766.600	Provisão trabalhista e cível	17	37.584	5.413
Intangível	10	106.103	109.706	Arrendamentos Mercantil	16	-	915
				Parcerias com terceiros (Convênios)	15	92.088	91.703
Total ativo não circulante		1.995.714	1.876.618	Total do passivo não circulante		449.672	98.031
				Patrimônio líquido			
				Patrimônio social	19	6.036.242	5.428.014
				Superávit do período	19	826.630	608.228
				Total do patrimônio líquido		6.862.872	6.036.242
Total ativo		7.939.641	6.654.937	Total do passivo		7.939.641	6.654.937

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Demonstração do Resultado

	Nota	2024	2023
Mercado interno		3.040.876	3.157.150
Mercado externo		70.355	136.936
Receitas de convênios		14.078	31.262
Outras receitas operacionais		4.698	26.555
Trabalho voluntário		1.008	960
Devoluções e abatimentos		(391)	(341.738)
Receita líquida	20	3.130.624	3.011.125
Custo dos produtos e mercadorias vendidas	21	(1.709.223)	(1.538.050)
Lucro Bruto		1.421.401	1.473.075
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	22	(893.506)	(1.054.714)
Despesas de convênios	15	(14.078)	(31.262)
Outras receitas e despesas	23	(34.900)	(13.798)
Trabalho voluntário	20	(1.008)	(960)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras		477.909	372.341
Receita financeira	24	570.966	503.709
Despesa financeira	24	(222.245)	(267.822)
Superávit do exercício	19	826.630	608.228

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Demonstração dos Resultados Abrangentes

	2024	2023
Superávit do exercício	826.630	608.228
Outros resultados abrangentes	-	-
Total	826.630	608.228

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Patrimônio Social	Superávit (Déficit) do exercício	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	5.721.706	(293.692)	5.428.014
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	(293.692)	293.692	-
Superávit do exercício	-	608.228	608.228
Saldo em 31 de dezembro de 2023	5.428.014	608.228	6.036.242
Incorporação do superávit (déficit) do exercício anterior	608.228	(608.228)	-
Superávit do exercício	-	826.630	826.630
Saldo em 31 de dezembro de 2024	6.036.242	826.630	6.862.872

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	2024	2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	826.630	608.228
Ajustes por:		
Provisão de perdas no valor recuperável de contas a receber de clientes	-	-
Provisão para perdas de estoques	(11.604)	118.723
Depreciações e amortizações	134.027	146.366
Custo do imobilizado e intangível baixado	8.397	1.691
Provisão de impostos e taxas	36.466	35.128
Provisão trabalhista e cível	32.171	(635)
Provisão para variação cambial	9.156	(2.771)
Provisão para instrumentos financeiro derivativos	(30.318)	-
	1.004.925	906.730
Varição nos ativos e passivos operacionais		
(aumento) redução nos ativos em:		
Recursos de parcerias com terceiros (convênios)	16.660	(3.955)
Contas a receber de clientes	(69.294)	(186.881)
Estoques	178.686	(107.591)
Adiantamentos e despesas antecipadas	(4.152)	(5.998)
Outras contas a receber	(844)	13.175
Depósitos judiciais	(61)	(13)
aumento (redução) nos passivos em:		
Fornecedores	64.349	(45.897)
Obrigações sociais e trabalhistas	6.678	8.049
Obrigações tributárias e fiscais	(1.086)	453
Outras obrigações	(1.876)	8.544
Parcerias com terceiros (convênios)	(16.090)	(21.941)
Arrendamento Mercantil	357	503
	173.327	(341.552)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	1.178.252	565.178
Fluxo de caixa da atividade de investimento		
Adições do imobilizado	(249.097)	(316.389)
Adições do intangível	(12.541)	(23.654)
Caixa aplicado nas atividades de investimento	(261.638)	(340.043)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Instrumentos financeiros derivativos	17.280	-
Empréstimos e financiamentos	331.525	-
Amortizações dos arrendamentos	(3.739)	(3.736)
Fluxo de caixa proveniente (aplicado) nas atividades de financiamento	345.066	(3.736)
Aumento (redução) líquida em caixa e equivalentes de caixa	1.261.680	221.399
No início do exercício	3.648.763	3.427.364
No final do exercício	4.910.443	3.648.763
Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	1.261.680	221.399

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão sendo apresentadas de acordo com o pronunciamento CPC 03 (R2) – Demonstração do fluxo de caixa.

1. Contexto operacional

A Fundação Butantan (“Fundação”) é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, constituída em 31 de maio de 1989, por escritura pública registrada em 09 de agosto de 1989, sob nº 133.326, no 3º Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de São Paulo.

Fundada por particulares (mantenedores) e financiada com recursos próprios, nos termos do artigo 24 do extinto Código Civil de 1916 e do artigo 62 do atual Código Civil, a Fundação possui autonomia administrativa, operacional e financeira. Seu propósito é apoiar e colaborar com o Instituto Butantan no desenvolvimento científico, tecnológico e cultural, além de atuar na produção e distribuição de imunobiológicos e outros produtos de relevância pública e social, podendo celebrar convênios, contratos, acordos, termos de parceria e outros instrumentos congêneres, com entidades públicas ou privadas, nacionais ou estrangeiros para consecução de seus objetivos.

Através do decreto SDECTI 55 de 30/11/2018, a Fundação Butantan foi credenciada como Fundação de Apoio ao Instituto Butantan. Esta relação foi detalhada e formalizada através do Contrato de Aliança Estratégica assinado entre as partes - PROCESSO nº SES-PRC-2022/77503. Este documento formaliza a responsabilidade da Fundação em fomentar atividades de pesquisa, inovação e desenvolvimento, bem como produção de vacinas, soros e outros biofármacos, terapias avançadas e geração de novos produtos, serviços e processos na área da saúde. Esse documento contém os objetivos a serem atingidos ao longo de sua vigência de 60 meses, com possibilidade de prorrogação por mais 120 meses.

São órgãos da administração da Fundação Butantan: o Conselho Curador, o Conselho Fiscal e a Diretoria Executiva. O Conselho Curador é composto por 9 membros, o Conselho Fiscal por 3 membros e a Diretoria Executiva é representada pelo Diretor Executivo, Saulo Simoni Nacif e Superintendente Geral, Marcio Augusto Lassance Cunha Filho.



Mantendo a estratégia e os princípios estabelecidos em 2023, fundamentados nos pilares de Governança, Perenidade e Efetividade, em 2024, a Fundação Butantan consolidou sua trajetória de inovação científica, responsabilidade social e impacto global. Por meio de parcerias estratégicas, investimentos em infraestrutura e reconhecimento público, a instituição reafirmou seu compromisso com a promoção da saúde pública e o desenvolvimento sustentável, mantendo-se como uma referência no cenário nacional e internacional.

2. Base de preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros, Interpretação Técnica (ITG 2002 - R1) - Entidade sem finalidade de lucros e pela NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para pequenas e médias empresas para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) Entidades sem finalidades de lucros.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 14 de março de 2025.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto pelos instrumentos financeiros registrados por meio do resultado, mensurados pelo valor justo.

2.3 Informações materiais das políticas contábeis

As políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios e períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

Ativos, passivos, receitas e despesas são apuradas de acordo com o regime de competência. As receitas de vendas e serviços são reconhecidas na demonstração do resultado de acordo com o cumprimento dos requisitos da norma aplicável.

2.3.1 Moeda funcional

Estas demonstrações financeiras são apresentadas reais (R\$), que é a moeda funcional da Fundação. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.3.2 Transações e saldos

Transações são convertidas para as respectivas moedas funcionais da Fundação pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

2.3.3 Ativos e passivos não circulantes

Compreendem os bens e direitos realizáveis e deveres e obrigações que a Fundação possui e não se espera que sejam convertidos em dinheiro ou pagos no curto prazo (até 12 meses subsequentes à data-base das referidas demonstrações financeiras ou o ciclo operacional, dos dois o menor), acrescidos dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos, se aplicável, até a data do balanço.

2.3.4 Ativos e passivos financeiros

2.3.4.1 Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA); (ii) custo amortizado; e (iii) ao valor justo por meio do resultado (VJR). A classificação é feita com base tanto no modelo de negócios da entidade, para o gerenciamento do ativo financeiro, quanto nas características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro.

Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado.

2.3.4.2 Custo amortizado

São inicialmente reconhecidos ao valor justo, líquido de custos de transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

2.3.4.3 Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Um ativo financeiro é mensurado pelo valor justo através do resultado quando não atende aos critérios de classificação das demais categorias ou quando no reconhecimento inicial for designado para eliminar ou reduzir descasamento contábil.

2.3.4.4 Passivos financeiros

Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado.

2.3.4.5 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são, por padrão, mensurados ao custo amortizado, exceto: (i) contratos de garantia financeira, (ii) compromissos de ceder empréstimos com taxa de juros abaixo do mercado, (iii) passivos financeiros que surjam quando a transferência do ativo financeiro não se qualificar para a reversão do reconhecimento ou quando a abordagem do envolvimento contínuo for aplicável. Um passivo financeiro será mensurado ao valor justo por meio de resultado, quando eliminar e/ou reduzir de forma significativa o descasamento contábil ou se o grupo passivo ser gerenciado ao valor justo.

2.3.4.6 Redução ao valor recuperável

A Fundação apura as provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Fundação considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isto inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Fundação, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Fundação sobre condições de que a Fundação não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título.

Na aplicação do teste de redução ao valor recuperável de ativos, o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa é comparado com o seu valor recuperável. O valor recuperável é o maior valor entre o valor líquido de venda de um ativo e seu valor em uso. Considerando-se as particularidades dos ativos da Fundação, o valor recuperável utilizado para avaliação do teste de redução ao valor recuperável é o valor em uso, exceto quando especificamente indicado. Este valor de uso é estimado com base no valor presente de fluxos de caixa futuros, resultado das melhores estimativas da Fundação.

2.3.4.6.1 Natureza da avaliação de *impairment*:

A Fundação realiza periodicamente uma avaliação dos seus ativos para determinar se há alguma indicação de desvalorização que possa impactar seu valor recuperável. Essa avaliação é conduzida de acordo com as políticas contábeis da Fundação, que estão em conformidade com as normas contábeis internacionais aplicáveis.

2.3.4.6.2 Critérios de reconhecimento:

O reconhecimento de *impairment* é realizado quando há evidências objetivas de que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos é superior ao seu valor recuperável. Essas evidências podem incluir mudanças significativas no ambiente operacional, econômico, legal, regulatório ou tecnológico que afetem a capacidade de geração de caixa do ativo.

2.3.4.6.3 Método de avaliação:

A Fundação utiliza diferentes métodos para determinar o valor recuperável de seus ativos, incluindo o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados, comparação com valores de mercado similares ou o valor justo menos os custos de disposição. A escolha do método apropriado depende das características específicas de cada ativo.

2.3.4.6.4 Mensuração do *impairment*:

Quando é determinado que um ativo ou grupo de ativos está desvalorizado, o valor do *impairment* é reconhecido como uma despesa no resultado do período. O valor do *impairment* é calculado como a diferença entre o valor contábil do ativo e seu valor recuperável.

2.3.4.6.5 Reversão de *impairment*:

Se, as circunstâncias que levaram ao reconhecimento do *impairment* se modificarem e o valor recuperável de um ativo aumentar, o *impairment* reconhecido em períodos anteriores pode ser revertido, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado se o *impairment* não tivesse sido reconhecido.

2.3.5 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 - R1) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação as estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 6** – Contas a receber de clientes (provisão para perdas esperadas em contas a receber de clientes)
- **Nota 7** – Estoques (provisão para perda no valor recuperável dos estoques)
- **Nota 8** – Adiantamentos, despesas antecipadas e outras contas a receber
- **Nota 9** – Ativo imobilizado (taxas de depreciação, vida útil do ativo imobilizado e *impairment*)
- **Nota 14** – Obrigações tributárias (provisão de imposto de renda sobre aplicação financeira e sobre instrumentos derivativos)
- **Nota 17** – Provisão trabalhista e cível

3. Novos pronunciamentos

Durante o exercício de 2024 foi emitida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) a revisão das referidas normas abaixo, já vigentes no exercício de 2024:

Norma CPC	Descrição	Alteração Aprimoramento
IAS 7	CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa	A principal alteração introduzida foi a exigência de informações adicionais sobre as atividades de financiamento, com o objetivo de melhorar a transparência. A partir de 2024, as entidades devem divulgar mais detalhadamente os fluxos de caixa relativos a transações de financiamento. Isso envolve a obrigatoriedade de informações mais específicas sobre o fluxo de caixa líquido resultante de essas atividades.
IFRS 7	CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros	Mudança está principalmente no aprimoramento das divulgações relacionadas aos instrumentos financeiros, com ênfase em risco de crédito e exposição a variações nos fluxos de caixa. O objetivo é aumentar a transparência e fornecer informações mais relevantes para os investidores e outros usuários das demonstrações financeiras sobre a gestão de riscos financeiros

As alterações foram avaliadas, não havendo efeitos em suas demonstrações financeiras quanto à sua aplicação.

Adicionalmente, o IASB emitiu a revisão de pronunciamentos existentes, os quais entraram em vigência em/ou a partir de 1º de janeiro de 2024 com a convergência dos pronunciamentos emitidos pelo CPC, sendo:

Norma	Descrição
Alterações à IFRS 18 / CPC 26 (R1) e IAS 7 CPC 03 (R2)	Apresentação de Demonstrações Financeiras
Alterações à IFRS 19	Subsidiárias sem Responsabilidade Pública
Alterações à CPC 18 (R3)	Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial
Alterações à CPC 37 (R1)	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
Alterações à CPC 02 (R2)	Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

As citadas modificações somente serão válidas para períodos iniciados a partir de 01/01/2025 e serão aplicadas retrospectivamente. A Fundação não espera que a adoção das normas listadas acima impacte de forma relevante as demonstrações financeiras em períodos futuros.

4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa da Fundação corresponde a depósitos bancários disponíveis, sendo os equivalentes de caixa compostos por aplicações financeiras de curto prazo. Os saldos de caixa e equivalentes de caixa são instrumentos financeiros com seu valor justo reconhecido por meio de resultado (VJR), reconhecendo juros de acordo com o prazo incorrido. O valor justo deste instrumento financeiro nesta data é equivalente com o saldo contábil.

	2024	2023
Bancos	1.402	645
Aplicações financeiras	4.909.041	3.648.118
Total	4.910.443	3.648.763

As aplicações financeiras estão em conformidade com a política da empresa. A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDBs) de bancos de primeira linha e por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos exclusivamente de renda fixa de acordo com a política de investimentos visando a melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: letra financeira do tesouro, letras financeiras de bancos privados de *rating* não inferior ao estabelecido (BBB/Baa2) e patrimônio líquido acima de R\$ 7,5 bilhões e por notas do tesouro nacional, entre outros.

Política Contábil

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação sem prazos fixados para resgate, com liquidez imediata, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

5. Recursos de parcerias com terceiros (convênios)

	2024	2023
Bancos	6	240
Aplicações financeiras	22.120	38.546
Total	22.126	38.786

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Os recursos restritos de convênios são investidos no mercado financeiro, de acordo com a política estabelecida em cada convênio.

Política Contábil

Os recursos de parcerias com terceiros abrangem saldos de bancos conta movimento e aplicações financeiras que são vinculados aos convênios.

6. Contas a receber de clientes

	2024	2023
Nacionais (a)	323.758	247.144
Internacionais	1.182	8.160
PECLD (b)	(10.566)	(10.566)
Total	314.374	244.738

(a) As contas a receber nacionais são compostas principalmente pelos valores faturados ao Ministério da Saúde, e devido ao prazo de pagamento, concentram-se pelo faturamento realizado em dezembro de 2024. O principal produto relacionado a essa receita são os soros, totalizando R\$ 155.570.

(b) A provisão para perdas no valor recuperável (PECLD) das contas a receber permaneceu inalterada, e o respectivo título segue em trâmite judicial, totalizando R\$ 10.566. Todos os demais valores vencidos há mais de 61 dias foram liquidados antes da publicação destas demonstrações financeiras.

A seguir, apresenta-se o saldo da rubrica “Contas a Receber de Clientes” por período de vencimento:

	2024	2023
A vencer	268.926	197.402
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	38.623	42.119
De 31 a 60 dias	3.183	2.544
Vencidos acima de 61 dias	14.208	13.239
Total	324.940	255.304

Política Contábil

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber majoritariamente do Ministério da Saúde e demais clientes pela venda de produtos (vacinas, soros e medicamentos). As contas a receber de clientes são registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, e segregados entre circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento.

As perdas estimadas com créditos são constituídas com base na análise de duplicatas a receber de clientes, em montante julgado suficiente para cobrir prováveis perdas quando de sua realização, segundo critérios definidos pela Administração (perda esperada), representados basicamente pela análise individualizada das contas a receber em atraso, se houver. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência pela diretoria. Para situações em que são identificados riscos de realização, são provisionados os montantes integrais dos débitos em atraso.

7. Estoques

	2024	2023
Semi acabados	555.688	546.352
Material auxiliar de produção	333.430	330.153
Almoxarifado	79.637	87.423
Estoque em trânsito	33.874	39.352
Matéria prima (a)	38.535	153.779
Produto acabado (b)	31.658	85.997
Produtos em elaboração	17.678	13.304
Materiais de consumo (c)	15.215	28.041
Provisão para perdas no valor recuperável (d)	(143.064)	(134.502)
Provisão de materiais para pesquisa e desenvolvimento (d)	(287.671)	(307.837)
Total	674.980	842.062

A Fundação se utiliza de armazém de terceiros para armazenamento de parte de seus estoques, sendo que em 31 de dezembro 2024 o saldo desses materiais somava R\$ 241.854 (R\$ 317.015 em 31 de dezembro de 2023).

- (a) A redução no saldo de matéria-prima deve-se ao descarte, em 2024, de vacinas adquiridas no mercado externo em 2023, reprovadas no controle de qualidade. Os custos relacionados ao descarte e a reposição das vacinas foram custeados pelo fornecedor
- (b) A redução no saldo de produto acabado refere-se a vacinas em fase de industrialização, adquiridas no mercado externo, reprovadas no controle de qualidade e descartadas em 2024. Os custos relacionados ao descarte e a reposição das vacinas foram custeados pelo fornecedor
- (c) Os materiais de consumo correspondem, principalmente, a materiais de laboratório (R\$ 5.910), material de segurança (R\$ 5.810) e materiais hospitalares (R\$ 1.699)

A movimentação da provisão para perdas no valor recuperável de estoques e da provisão de materiais para Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) está demonstrada abaixo:

	Obsoleto (i)	Slow Moving (ii)	Total	P&D (iii)
Saldo inicial em 01/01/2023	(140.456)	(82.942)	(223.398)	(101.334)
Adição - provisão produto acabado	(72.434)	(27.396)	(99.830)	(222.353)
Reversão - provisão (baixa efetiva)	135.199	53.527	188.726	15.850
Efeito líquido no ano de 2023	62.765	26.131	88.896	(206.503)
Saldo inicial em 31/12/2023	(77.691)	(56.811)	(134.502)	(307.837)
Adição - provisão produto acabado	(62.048)	(34.940)	(96.988)	(99.720)
Reversão - provisão (baixa efetiva)	62.839	25.587	88.426	119.886
Efeito líquido em 31 de dezembro de 2024	791	(9.353)	(8.562)	20.166
Saldo inicial em 31/12/2024	(76.900)	(66.164)	(143.064)	(287.671)

- (i) A provisão para estoque obsoleto corresponde a materiais ou produtos com data de validade vencida, reprovados de forma definitiva ou temporária no processo de qualidade, além daqueles sem mercado ativo.
- (ii) O provisionamento para materiais de baixo giro (*slow-moving*) segue os seguintes critérios:
- Materiais sem consumo nos últimos 12 meses são integralmente provisionados
 - Para materiais com consumo nesse período, projeta-se a demanda para 24 meses
 - Se o estoque atual exceder essa projeção, 50,0% do excedente é provisionado
 - No saldo de 2023 estava adicionado o valor de provisão de perda de adiantamento a fornecedores. Em 2024 para melhor entendimento, adicionamos o valor de R\$ 1.118 referente a esta rubrica na a conta de estoque em trânsito
- (iii) P&D refere-se a materiais ou produtos adquiridos exclusivamente para projetos de Pesquisa e Desenvolvimento, sendo reconhecidos integralmente no resultado. Em comparação a 2023, a houve uma redução dos investimentos, resultando em menores adições às provisões. Por outro lado, as reversões aumentaram em 2024 devido à descontinuidade do projeto Butanvac e consumo no andamento dos projetos de Gripe Aviária, Dengue, Chikungunya e Influenza Tetravalente.

Política Contábil

O custo dos estoques é baseado no custo médio de aquisição, acrescido de gastos relativos a transporte, armazenagem, impostos não recuperáveis e outros gastos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

Quando necessário, as quantidades em estoque são subtraídas das perdas estimadas, as quais se originam em situações de desvalorização, obsolescência de produtos e perdas no inventário físico.

A Fundação estabelece uma provisão que cobre 100,0% do estoque, com o propósito de analisar a obsolescência e a baixa rotatividade, nos casos em que não há expectativa de realização.

8. Adiantamentos, despesas antecipadas e outras contas a receber

Adiantamentos e despesas antecipadas	2024	2023
Adiantamento folha (a)	3.595	2.457
Despesa a apropriar (b)	3.240	22
Adiantamento a fornecedores	614	178
Outros	557	896
Provisão de perda para adiantamento de fornecedores	(432)	(131)
Total Adiantamentos e despesas antecipadas	7.574	3.422
Outras contas a receber	2024	2023
Impostos a recuperar	1.077	174
Seguros contratados	158	343
Outros	157	31
Total Outras contas a receber	1.392	548
Circulante	8.966	3.970
Não circulante	-	-

- (a) Adiantamento de folha corresponde a valores pagos antecipadamente aos funcionários, tais como férias, sendo posteriormente compensados na folha de pagamento subsequente.
- (b) Despesas a apropriar referem-se a contratos ou compromissos financeiros cujas vigências se estendem além do exercício atual, alcançando o exercício de 2025. Esses valores são reconhecidos no resultado de forma proporcional ao período de vigência do contrato, garantindo que as despesas sejam registradas no exercício em que realmente ocorrerem os benefícios ou custos relacionados.

9. Ativo imobilizado

O ativo imobilizado da Fundação Butantan é composto por equipamentos, prédios e infraestrutura de produção, além de laboratórios de pesquisa e infraestrutura cultural.

Os investimentos em construção e adequação de prédios produtivos, infraestrutura e aquisição de equipamentos, são essenciais para aprimorar a capacidade produtiva e melhorar a eficiência operacional, garantindo que a Fundação esteja preparada para atender as demandas crescentes, cumprindo com as normas de segurança e regulatórias.

Movimentação do ativo imobilizado 2024:

	2023	Adições (a)	Baixas (b)	Transferências (c)	Depreciação	2024
Imóveis	7.885	-	-	-	(336)	7.549
Imóveis - Direito de uso	4.525	-	-	-	(2.715)	1.810
Benfeitorias em imóveis de terceiros	395.016	-	-	78.354	(21.543)	451.827
Máquinas, equipamentos e instalações	632.778	9.317	(52)	32.394	(67.326)	607.111
Móveis e utensílios	19.767	437	(36)	5.447	(3.291)	22.324
Equipamentos de informática	28.287	272	(1)	4.506	(9.567)	23.497
Veículos	10.963	-	(62)	(154)	(1.228)	9.519
Bens em poder de terceiros	29.618	612	(9)	(10.438)	(5.680)	14.103
Semoventes e equinos	846	-	-	299	(224)	921
Obras em andamento (a)	642.033	212.469	-	(116.560)	-	737.942
Total custo	1.771.718	223.107	(160)	(6.152)	(111.910)	1.876.603
Perdas imobilizados	(16.032)	-	(8.237)	-	-	(24.269)
Imobilizados em trânsito	10.914	25.990	-	-	-	36.904
Total Provisão	(5.118)	25.990	(8.237)	-	-	12.635
Total Imobilizado	1.766.600	249.097	(8.397)	(6.152)	(111.910)	1.889.238

	Adiantamento para Imobilizado	Provisões	Total
Saldo final em 31/12/2023	10.077	837	10.914
Provisão / Novos adiantamentos	12.569	123.319	135.888
Reversão (entrada efetiva)	(8.836)	(101.062)	(109.898)
Efeito líquido em 31 de dezembro de 2024	3.733	22.257	25.990
Saldo final em 31/12/2024	13.810	23.094	36.904

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

(a) Realizações em 2024:

Obras em andamento	Adições 2024	Saldo acumulado	Observação	Previsão de Conclusão
Construção do Biotério Central	R\$ 94.013	R\$ 227.808	Investimentos na aquisição de equipamentos, construção civil, obras elétricas, hidráulicas e infraestrutura para adequação do prédio do Biotério Central, com o objetivo de criar um ambiente adequado para atividades de pesquisa e manejo de organismos vivos em condições controladas.	Segundo semestre de 2025
Estrutura Subterrânea do Complexo Butantan (Rede Água Efluente Esgoto Pluvial)	R\$ 55.584	R\$ 126.374	Construção de infraestrutura subterrânea da rede de água, efluentes, esgoto do pluvial do Complexo Butantan. O investimento visa aprimorar e expandir a infraestrutura do Complexo, assegurando a adequação e o bom funcionamento dos sistemas essenciais para as operações da Fundação, em conformidade com as normativas ambientais e de segurança.	Segundo semestre de 2025
Outras obras	R\$ 28.536	R\$ 73.497	Em 2024, foram realizadas obras de infraestrutura e aquisição de equipamentos para a produção na fábrica da Dengue, o Laboratório de Influenza (LIN), usina de cogeração elétrica e áreas de Controle de Qualidade, Compliance e Estabilidade, com o objetivo de aprimorar a capacidade operacional, eficiência produtiva e atender às demandas específicas dessas áreas.	
Imobilizado em trânsito	R\$ 25.990	-	Imobilizado em trânsito refere-se a adiantamentos realizados a fornecedores para aquisição de equipamentos, e a constituição de provisões para respeitar o princípio da competência.	
Usina de Geração Elétrica - Cogeração	R\$ 16.869	R\$ 62.400	Investimento na contratação de serviços especializados para a instalação, fornecimento de equipamentos e adequação de uma subestação elétrica completa, a qual será parte integrante da Central de Cogeração. O objetivo do projeto é garantir a produção de energia elétrica, água gelada e vapor, essenciais para as operações da Fundação.	Segundo semestre de 2025
Infraestrutura e construção da Ponte de acesso na Fazenda São Joaquim.	R\$ 14.587	R\$ 41.728	Investimento em obras de infraestrutura hidrossanitária e construção de pontes de acesso na Fazenda São Joaquim.	Primeiro semestre de 2025
Biotério NB3	R\$ 12.810	R\$ 18.689	Investimento na reforma e adequação do prédio para criar um biotério e laboratórios especializados, incluindo reformas estruturais, infraestrutura e aquisição de equipamentos para áreas de Biossegurança Nível 03. Esses investimentos visam garantir a segurança e eficiência nas operações laboratoriais com agentes biológicos de alto risco.	Primeiro semestre de 2025
CPVM -Centro de Produção Multipropósito de Vacinas	R\$ 708	R\$ 187.446	Reforma do prédio para produção de vacinas em base celular e construção de uma Fábrica Piloto Multipropósito, destinada à produção de protótipos vacinais ou medicamentos biológicos, seguindo boas práticas de fabricação.	Primeiro semestre de 2025
Total	R\$ 249.097	R\$ 737.942		

(b) Perdas contábeis e Impairment:

- Durante o exercício de 2024, a Fundação realizou a baixa de ativos imobilizados em decorrência de furtos. Esta baixa ocorreu pelo seu valor residual no montante de R\$ 160 e refere-se principalmente a furto de um veículo e móveis e utensílios da Casa Afrânio Peixoto, que foram reconhecidos como perda no resultado do exercício. Também tivemos o acréscimo na provisão de perdas de R\$ 2.462 (vide nota 23.c).
- Em 2024 o principal valor de *impairment* foi de R\$ 5.248 e refere-se a bens adquiridos e não instalados, que se encontram embalados em caixas para definição de uso.

(c) Transferências de Ativos – Exercício de 2024

- Registra os ativos que entraram em operação ao longo do exercício, sendo transferidos da conta "Obras em Andamento" para a classe correspondente do imobilizado. Também contempla transferências entre categorias do imobilizado e entre imobilizado e intangível, conforme a natureza do ativo.

	2024			2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Imóveis	8.403	(854)	7.549	8.403	(518)	7.885
Imóveis - Direito de uso	10.197	(8.387)	1.810	10.197	(5.672)	4.525
Benfeitorias em imóveis de terceiros	543.255	(107.573)	435.682	464.690	(86.531)	378.159
Máquinas, equipamentos e instalações	832.463	(288.566)	543.897	776.945	(216.288)	560.657
Móveis e utensílios	39.580	(19.136)	20.444	31.896	(14.094)	17.802
Equipamentos de informática	57.097	(34.161)	22.936	52.383	(24.636)	27.747
Veículos	14.204	(4.685)	9.519	14.446	(3.483)	10.963
Bens em poder de terceiros	25.884	(11.781)	14.103	43.942	(14.366)	29.576
Semoventes e equinos	2.590	(1.669)	921	2.407	(1.561)	846
Obras em andamento	725.471	-	725.471	641.900	-	641.900
Imobilizado Bens Próprios	2.259.144	(476.812)	1.782.332	2.047.209	(367.149)	1.680.060
Imóveis	-	-	-	-	-	-
Imóveis - Direito de uso	-	-	-	-	-	-
Benfeitorias em imóveis de terceiros	21.497	(5.352)	16.145	21.497	(4.640)	16.857
Máquinas, equipamentos e instalações	173.500	(110.286)	63.214	181.601	(109.480)	72.121
Móveis e utensílios	3.268	(1.388)	1.880	3.061	(1.096)	1.965
Equipamentos de informática	1.739	(1.178)	561	1.442	(902)	540
Veículos	100	(100)	-	33	(33)	-
Bens em poder de terceiros	20	(20)	-	297	(255)	42
Semoventes e equinos	-	-	-	-	-	-
Obras em andamento	12.471	-	12.471	133	-	133
Imobilizado Bens Convênio	212.595	(118.324)	94.271	208.064	(116.406)	91.658
Perdas imobilizados	(24.269)	-	(24.269)	(16.032)	-	(16.032)
Imobilizados em trânsito	36.904	-	36.904	10.914	-	10.914
Total Provisão	12.635	-	12.635	(5.118)	-	(5.118)
Total Imobilizado	2.484.374	(595.136)	1.889.238	2.250.155	(483.555)	1.766.600

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para o exercício de 2024 foram as seguintes:

Classe do bem	Bens próprios	Convênios
Benfeitorias em imóveis de terceiros	25 anos	25 anos
Imóveis	25 anos	-
Patentes	20 anos	-
Máquinas e equipamentos industriais	15 anos	15 anos
Refrigeração e ar-condicionado	13 anos	12 anos
Veículos	12 anos	15 anos
Equipamentos de laboratório	11 anos	13 anos
Instalações	10 anos	10 anos
Mobiliários	10 anos	11 anos
Marcas	10 anos	-
Ferramentas	8 anos	5 anos
Semoventes e equinos	8 anos	-
Bens em poder de terceiros	5 anos	5 anos
Equipamento informática	5 anos	5 anos

A tabela acima reflete a média das vidas úteis dos ativos agrupados por classe. Isso implica que os bens próprios e os bens de convênio têm vidas úteis distintas, de acordo com suas características específicas.

Política Contábil

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais no resultado.

Os investimentos são contabilizados conforme as diretrizes da Fundação e as normas contábeis brasileiras, sendo inicialmente registrados no ativo imobilizado, na conta "Obras em Andamento". Após a conclusão das obras, a instalação dos equipamentos e o início da operação, os valores são transferidos para a classe correspondente do imobilizado.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no valor depreciável do ativo, que corresponde ao seu custo de aquisição ou a outro valor que o substitua.

O reconhecimento da depreciação no resultado ocorre pelo método linear, considerando a vida útil estimada de cada componente do ativo imobilizado. Esse método é adotado por refletir de forma mais precisa o padrão de consumo dos benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo.

A depreciação tem início quando o ativo está efetivamente apto para uso, ou seja, após a fase de *start-up* no caso de máquinas e equipamentos, e após a qualificação técnica para equipamentos de laboratório e de produção, em conformidade com a Resolução da Diretoria Colegiada da Anvisa (RDC 17).

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

Perdas contábeis e *Impairment*

A provisão para *impairment* de ativo imobilizado é registrada quando um bem deixa de ser utilizado pela Fundação devido a obsolescência, sucateamento, venda ou outros fatores, refletindo a estimativa da perda de valor e sendo contabilizada como despesa.

Além disso, ativos imobilizados que permanecem inativos por mais de três anos, aguardando instalação, qualificação ou reforma, são reavaliados, pois não geram benefícios econômicos e podem sofrer deterioração. Bens armazenados por esse período também passam a ser classificados nessa categoria, com ajuste em seu valor contábil.

10. Ativo intangível

	2023	Adições	Baixas	Transferências (a)	Amortização	2024
Intangível em andamento	21.813	11.135	-	(3.734)	-	29.214
Softwares e programas de escritório	-	-	-	-	-	-
Softwares e programas de gestão	87.356	1.406	-	9.886	(22.187)	76.461
Marcas e patentes	537	-	-	-	(109)	428
Saldo líquido	109.706	12.541	-	6.152	(22.296)	106.103

	2024			2023		
	Custo	Amortização Acumulada	Líquido	Custo	Amortização Acumulada	Líquido
Intangível em andamento	29.214	-	29.214	21.813	-	21.813
Softwares e programas de escritório	-	-	-	-	-	-
Softwares e programas de gestão	134.500	(58.886)	75.614	123.057	(36.811)	86.246
Marcas e patentes	537	(109)	428	537	-	537
Intangível Bens Próprios	164.251	(58.995)	105.256	145.407	(36.811)	108.596
Intangível em andamento	-	-	-	-	-	-
Softwares e programas de escritório	-	-	-	-	-	-
Softwares e programas de gestão	1.896	(1.049)	847	1.896	(787)	1.110
Marcas e patentes	-	-	-	-	-	-
Intangível Bens Convênio	1.896	(1.049)	847	1.896	(787)	1.110
Total Intangível	166.147	(60.044)	106.103	147.303	(37.597)	109.706

(a) O saldo das transferências de 2024 se refere a movimentação de valores entre imobilizado e intangível. As transferências ocorreram em função da capitalização de R\$ 9.886 em softwares inicialmente registrados na classe "obras em andamento" no imobilizado. Após o encerramento do projeto, instalação e início da utilização, os bens foram transferidos para a classe definitiva, iniciando-se a amortização.

- Software de controle da exposição e cinema do Museu da Vacina.
- Implantação do sistema SAP - módulo Ariba.

Política Contábil

Compreendem os ativos adquiridos de terceiros, sendo mensurados pelo custo total de aquisição menos a amortização. Os ativos intangíveis são amortizados com base no método linear e a amortização é reconhecida no resultado pela vida útil estimada dos ativos, que é de 5 anos, a partir da data em que estes estão em condições de uso.

11. Fornecedores

	2024	2023
Fornecedores nacionais (a)	237.234	138.099
Fornecedores estrangeiros	187.376	212.660
Total	424.610	350.759

(a) Em 2024, a principal movimentação refere-se às aquisições realizadas no final do ano do medicamento Adalimumabe, totalizando R\$ 122.995.

A seguir, o saldo por período de vencimento:

Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio para pagamento de fornecedores operacionais foi de aproximadamente 74 dias, reduzindo-se em relação aos 83 dias registrados no final de 2023. A principal variação foi em função de pagamentos do produto Adalimumabe, cujo prazo é contado a partir do recebimento da revenda do produto ao Ministério da Saúde. Para fornecedores de ativos imobilizados, os prazos de pagamento variam conforme negociação em cada transação.

O montante de R\$ 87.775 correspondente ao prazo de 61 a 180 dias, refere-se à aquisição de medicamento e vacinas, sendo eles: Raiva (R\$ 45.676), Adalimumabe (R\$ 23.208), Varicela (R\$ 14.730) e outros (R\$ 4.161).

Política contábil

Os valores correspondentes ao contas a pagar aos fornecedores consistem em compromissos relacionados à aquisição de matérias primas durante as atividades normais da Fundação, além dos investimentos realizados em projetos específicos. Esses compromissos são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo e, posteriormente, avaliados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa efetiva de juros, quando aplicável.

12. Empréstimos e financiamentos

12.1 Composição dos empréstimos e financiamentos

			2023		Total
	Juros anuais	Vencimento	Circulante	Não circulante	
Em moeda nacional					
			-	-	-
Total			-	-	-
			2024		Total
	Juros anuais	Vencimento	Circulante	Não circulante	
Em moeda nacional					
BNDES - Desenvolvimento da Vacina Trivalente Influenza (i)	TR + 2,2% a.a	15/07/2036	112	20.000	20.112
BID - Invest - Inter American Investment-Corporation - Investimento Fabris (II)	CDI + 2,25% a.a	15/09/2032	11.413	300.000	311.413
Total			11.525	320.000	331.525

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

12.2 Natureza dos empréstimos e financiamentos

12.2.1 Empréstimo – BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social)

A Fundação possui 2 contratos de financiamento firmados com o BNDES a saber:



Financiamento Influenza Tetravalente: destinado à realização de ensaios clínicos multicêntricos no âmbito do desenvolvimento da vacina Influenza tetravalente



Financiamento Nova Produção de Banco Influenza (PBI): implantação de planta para desenvolvimento e produção de bancos de células e lotes em escala piloto para fabricação de produtos biológicos para saúde humana, no complexo do Instituto Butantan

A seguir, detalhamos os principais empréstimos contratados:

Influenza Tetravalente	
Valor R\$	45.365.000
Custo Financeiro	TR +2,20% a.a.
Data de Assinatura do Contrato: [Data]	16/07/2024
Prazo de Vencimento: [Data de vencimento]	15/07/2036
Juros	Trimestral
Garantias	Fiança Bancária
Carência	30 meses
Amortização	114 meses

Novo PBI		
Valor R\$	270.411.400	155.890.600
Custo Financeiro	TR +2,20% a.a.	TLP +1,10% a.a.
Data de Assinatura do Contrato: [Data]	09/08/2024	
Prazo de Vencimento: [Data de vencimento]	15/08/2038	
Juros:	Trimestral	
Garantias	Fiança Bancária	
Carência	48 meses	
Amortização	120 meses	

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos devidos ao BNDES foram classificados no passivo não circulante do balanço da Fundação de acordo com a primeira liberação no valor de R\$ 20.000 no dia 28/10/2024 referente ao financiamento de Influenza Tetravalente. A liberação do restante dos recursos de Influenza Tetravalente ocorrerá após a comprovação dos gastos da primeira liberação. Com relação a primeira liberação do novo PBI o esperado é que ocorra no ano de 2025 após o cumprimento das condições prévias para a liberação dos recursos. O pagamento do principal e dos encargos financeiros ocorrerá de acordo com os cronogramas de vencimento previstos.

12.2.2 Empréstimo – BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento)

A Fundação possui 1 (um) contrato de empréstimo firmado com o BID, destinado ao Financiamento dos projetos:

- Centro de Armazenamento Refrigerado (CAR)
- Centro Repositório e Biobanco
- Biotério Central
- Usina de Geração de Gás

A seguir, detalhamos os principais empréstimos contratados:

BID	
Valor R\$	300.000.000
Custo Financeiro	CDI +2,25% a.a.
Data de Assinatura do Contrato: [Data]	14/12/2022
Prazo de Vencimento: [Data de vencimento]	15/09/2032
Juros	Semestral
Garantias	Fiança Bancária de 30% do valor
Carência	36 meses
Amortização	84 meses

Em 31 de dezembro de 2024, os saldos devidos ao BID foram classificados no passivo não circulante do balanço da Fundação de acordo com a liberação única dos recursos realizada no valor de R\$ 300.000 no dia 31/07/2024. O pagamento do principal e dos encargos financeiros ocorrerá de acordo com os cronogramas de vencimento previstos.

As condições e os saldos de empréstimos estão sujeitos a revisão conforme o andamento dos projetos financiados e quaisquer modificações contratuais eventualmente realizadas.

O contrato junto ao BID possui cláusulas de *covenants* financeiros conforme segue:

- **Dívida Financeira Líquida / EBITDA < +2,0**

Este índice avalia o grau de endividamento da Fundação em relação à sua capacidade de geração de caixa operacional (EBITDA). Em 31 de dezembro de 2024, o índice de grau de endividamento ficou em -8,2, o que significa que nossa posição financeira ativa é maior do que a dívida, bastante abaixo do *covenants* de +2,0.

- **EBITDA / Despesas com Juros > +3,5**

Esse indicador mede a eficiência da Fundação em gerar lucros operacionais suficientes para cobrir os encargos financeiros relacionados a juros. Um valor superior a +3,5 demonstra uma sólida capacidade financeira para honrar suas obrigações financeiras,

garantindo estabilidade e segurança para as operações. O índice de cobertura de juros era de +35,39 em 31 de dezembro de 2024.

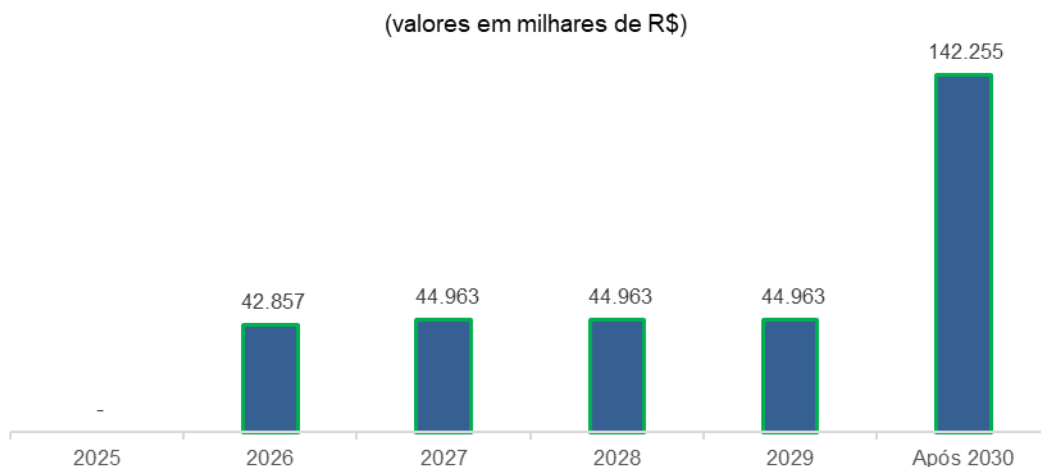
- **Ativo Circulante / Passivo Circulante > +1,2**

Conhecido como índice de liquidez corrente, esse indicador avalia a capacidade da Fundação de cumprir com suas obrigações de curto prazo utilizando seus ativos de curto prazo. O índice de liquidez corrente em 31 de dezembro de 2024 foi de +9,48.

Os *covenants* são testados mensalmente e trimestralmente enviados para o BID. A Fundação Butantan não tem nenhuma indicação de que terá dificuldade em cumprir com esses *covenants*.

12.3 Cronograma dos vencimentos

O vencimento dos financiamentos, classificados no passivo não circulante, está apresentado a seguir:



Política Contábil

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos inicialmente pelos seus valores justos, acrescidos dos custos diretamente atribuíveis à transação. Após o reconhecimento inicial, são contabilizados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são regidos por condições específicas estabelecidas em contrato, incluindo taxas de juros, prazos de vencimento e garantias oferecidas.

Os encargos financeiros relacionados aos empréstimos são reconhecidos periodicamente no resultado, conforme os termos contratuais acordados.

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2024	2023
Férias a pagar	49.384	46.300
Salários a pagar	15.934	13.560
INSS sobre salários a recolher	10.538	9.848
IRRF sobre salários a recolher	8.981	7.830
FGTS a recolher	3.263	3.168
INSS a recolher sobre serviços de terceiros	592	1.081
PIS a recolher	289	516
Total	88.981	82.303

Os salários e benefícios concedidos à empregados e administradores da Fundação incluem as remunerações fixas (salários, INSS, FGTS, férias, 13º salário, entre outros). Esses benefícios são registrados no resultado do exercício, à medida que são incorridos.

14. Obrigações tributárias

	2024	2023
Provisão de imposto de renda sobre aplicações (a)	69.125	35.127
Provisão de imposto de renda sobre instrumentos derivativos (b)	2.468	-
Pis, Cofins e Contribuição social a recolher	238	1.103
Imposto sobre serviço a recolher	216	420
Imposto sobre a renda retido na fonte a recolher	109	178
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços a recolher	104	52
Total	72.260	36.880

(a) Para 2024 tivemos um aumento da provisão devido ao aumento dos rendimentos sobre aplicação financeira no exercício de 2024. O aumento de provisão de IR se originou em função do aumento de caixa em R\$1.261.680, compensados parcialmente pela redução nas taxas médias de juros, os quais alavancaram os rendimentos e por consequência, o IR a recolher.

(b) Em 2024 com a contratação de instrumentos derivativos, a Fundação passou a recolher o valor do IRRF de 14,9% sobre os ganhos líquidos nas operações realizadas. No mês de dezembro/2024 a provisão foi de R\$ 2.468.

15. Parcerias com terceiros (convênios)

A seguir apresentamos a movimentação dos contratos de convênios demonstrando o total de recursos recebidos pela Fundação, bem como, os montantes utilizados na execução dos projetos (consumo).

	2024	2023
Passivo circulante		
Convênios a executar	22.126	38.786
	22.126	38.786
Passivo não circulante		
Imobilizado - convênios	92.273	91.201
Convênios a executar	(185)	502
	92.088	91.703
Total	114.214	130.489

Descrição	Saldo em 31/12/2023	Valores recebidos	Convênio a executar	Rendimentos financeiros	IR s/ rendimentos financeiros	Consumo	Devolução	Depreciações e amortizações	Saldo em 31/12/2024
Contratos de convênio	130.489	5.826	(185)	2.905	(538)	(4.150)	(10.743)	(9.390)	114.214

Os convênios são realizados entre o Instituto Butantan, a Fundação Butantan e órgãos governamentais e não governamentais, nos quais o objetivo da Fundação é gerenciar os planos de trabalho e levar a efeito os resultados esperados de cada projeto, tendo como resultantes dois elementos concretos:

- Os objetivos propostos/alcançados
- A demonstração da aplicação dos recursos

Consumo: O uso dos recursos ocorre por meio de contratação, compra, aquisição e investimentos na capacidade operacional e gerencial, atendendo às áreas de pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, ensino e produção.

	2024	2023
Serviços de terceiros	2.279	3.748
Despesas com material de consumo	878	1.222
Despesas gerais e administrativas	273	976
Despesas financeiras	66	2
Despesas com fretes	5	-
Outros	649	1.582
Total	4.150	7.530

Devoluções: Referem-se aos montantes financeiros disponibilizados e não utilizados, que, ao final do contrato, são restituídos ao financiador.

Política contábil

A contabilização dos convênios é realizada a partir da verba disponibilizada, que é reconhecida como passivo da Fundação Butantan e gerenciada em conta corrente específica para determinado projeto. Os gastos realizados com a verba dos convênios são registrados no grupo específico de despesas com convênios. Essas despesas não impactam o resultado final da Fundação, sendo que mensalmente é feito registro no grupo de receita com convênios, onde há a respectiva baixa do passivo.

16. Arrendamento Mercantil

A Fundação possui somente 1 (um) contrato de arrendamento, referente a imóvel utilizado como armazém de materiais indiretos, reconhecidos como passivos e está demonstrado a seguir:

	Saldo em 31/12/2023	Remensuração/ Novos contrato	Pagamentos	Juros financeiros	Saldo em 31/12/2024
Imovéis	4.294	-	(3.736)	357	915

O fluxo nominal sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos dos contratos de arrendamento, por vencimento, é apresentado a seguir:

	2025	AVP	Total
Valor	934	(19)	915

Política Contábil

A Fundação avalia se um contrato é ou contém um arrendamento no início do contrato. A Fundação reconhece um ativo de direito de uso e correspondente passivo de arrendamento com relação a todos os contratos de arrendamento nos quais a Fundação seja o arrendatário, exceto arrendamentos de curto prazo (definidos como arrendamentos com prazo de arrendamento de no máximo 12 meses) e arrendamentos de ativos de baixo valor (tais como *tablets* e computadores pessoais, pequenos itens de móveis de escritório e telefones). Para esses arrendamentos, a Fundação reconhece os pagamentos de arrendamento como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos.

O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a Fundação usa sua taxa incremental de captação.

As taxas incrementais de captação dependem do prazo, moeda e data de início do arrendamento e é determinada com base em uma série de dados que incluem: a taxa livre de riscos com base nas taxas de títulos do governo; no ajuste do risco específico do país; no ajuste do risco de crédito com base nos rendimentos do título; e no ajuste específico da entidade quando o perfil de risco da entidade que participa do arrendamento é diferente do perfil de risco da Fundação.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento incluem:

Pagamentos fixos de arrendamento (incluindo pagamentos em substância fixos), deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber;

Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente

mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início;

O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual;

O preço de exercício das opções de compra de ações, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e

Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento.

O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial.

O passivo de arrendamento é subsequentemente mensurado aumentando o valor contábil para refletir os juros sobre o passivo de arrendamento (usando o método da taxa de juros efetiva) e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado.

A Fundação remensura o passivo de arrendamento (e faz um ajuste correspondente ao respectivo ativo de direito de uso) sempre que:

O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada.

Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada).

O contrato de arrendamento é modificado e a alteração no arrendamento não é contabilizada como um arrendamento separado, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado com base no prazo de arrendamento do arrendamento modificado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada na data efetiva da modificação.

A Fundação não efetuou esses ajustes durante os períodos apresentados.

Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Sempre que a Fundação assumir uma obrigação com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques.

Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil

do ativo de direito de uso, qual for o menor.

Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial.

A Fundação aplica a IAS 36 (CPC 01 (R1)) para determinar se o ativo de direito de uso está sujeito à redução ao valor recuperável e contabilizar eventuais perdas por redução ao valor recuperável identificadas conforme descrito na política relacionada ao “Imobilizado”.

Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e ativo de direito de uso. Os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa no período no qual o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos ocorre e são registrados de acordo com a sua natureza como custo ou despesa de locação no resultado (ver nota explicativa nº 16).

Para contratos que contenham um componente de arrendamento e um ou mais arrendamentos adicionais ou componentes de não arrendamento, a Fundação aloca a contraprestação no contrato para cada componente de arrendamento com base no respectivo preço individual do componente de arrendamento e preço individual total dos componentes de não arrendamento.

17. Provisão trabalhista e cível

A Fundação é parte em ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões trabalhistas e cíveis.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme segue:

31 de dezembro 2024	Montante provisionado	Depósitos judiciais vinculados	Subtotal	Depósitos judiciais sem vínculo
Trabalhistas	(1.276)	302	(974)	71
Cíveis	(36.308)	-	(36.308)	-
Total	(37.584)	302	(37.282)	71

17.1 Provisões trabalhistas e cíveis

As provisões foram constituídas com base na análise das informações fornecidas pelos assessores jurídicos, sendo o montante de R\$ 37.584 (R\$ 5.413 em 2023) considerado suficiente pela Administração da Fundação Butantan para cobrir prováveis perdas com as demandas em curso.

	Tributária	Trabalhista	Cíveis (a)	Exposição bruta	Exposição líquida
Saldo em 31 de dezembro de 2022	-	(4.060)	(1.988)	(6.048)	(6.048)
Provisão / novos processos	-	(491)	(1.444)	(1.935)	(1.935)
Baixas e reversões	-	451	1.988	2.439	2.439
Movimentação	-	131	-	131	131
Saldo em 31 de dezembro de 2023	-	(3.969)	(1.444)	(5.413)	(5.413)
Provisão / novos processos	-	(701)	(33.299)	(34.000)	(34.000)
Baixas e reversões	-	3.038	-	3.038	3.038
Movimentação	-	356	(1.565)	(1.209)	(1.209)
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	(1.276)	(36.308)	(37.584)	(37.584)

Em 2024, ocorreu a atualização do processo junto ao Tribunal de Contas da União (TCU), no qual a Fundação foi condenada ao pagamento de R\$ 24.438. Com as atualizações monetárias o processo totalizou R\$ 33.299. Em razão da reavaliação do caso, a probabilidade de perda, anteriormente classificada como possível, foi alterada para provável. Em 2024 foi atualizado o montante de R\$ 1.565 referente ao processo junto ao INSS.

17.2 Ações avaliadas como risco possível de perda

Em 31 de dezembro de 2024, a Fundação é parte em processos que estão sendo discutidos na esfera administrativa ou judicial, de naturezas trabalhistas e cíveis, no montante de R\$ 51.315 (R\$ 31.315 em 2023) sendo que o aumento desse montante majoritariamente é oriundo de revisão de prognóstico de remoto para possível.

Os processos classificados como possíveis de perda, na avaliação dos assessores jurídicos, não foram contabilizados tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades sem finalidades de lucros (ITG 2002 - R1) não requerem sua contabilização.

17.3 Ativos Contingentes

O ativo contingente é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade.

A Fundação possui ativos contingentes relacionados a processos judiciais e administrativos, cujo desfecho pode resultar na entrada de benefícios econômicos futuros. Com base na avaliação de assessores jurídicos e técnicos, foi estimado um montante de R\$ 589 como provável de realização, embora ainda dependa de eventos futuros incertos.

Em conformidade com as práticas contábeis adotadas, tais valores não foram reconhecidos contabilmente, mas são divulgados para fins de transparência e acompanhamento da evolução dos casos. A Fundação segue monitorando essas contingências e atualizará as informações conforme necessário.

Política Contábil

As provisões são reconhecidas para obrigações ou riscos presentes resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cujo desembolso seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício ou período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Provisões são constituídas para todas as demandas referentes a tributação sobre aplicações financeiras, perda de ativos (contas a receber, estoque e imobilizado) e processos judiciais para os quais, como resultado de acontecimentos passados, é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a demanda e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das deficiências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como avaliação dos advogados internos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem divergir das estimativas da Administração.

Os passivos contingentes avaliados como perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos contingentes avaliados como perdas remotas não são provisionados e nem divulgados. Ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantidas reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são apenas divulgados em nota explicativa.

18. Partes relacionadas

A Fundação Butantan é entidade privada, qualificada como instituição de utilidade pública, credenciada como Fundação de Apoio a Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) Instituto Butantan, tendo por objetivo a promoção de atividades relacionadas ao desenvolvimento de pesquisas, do ensino e da ciência, tecnologia e inovação, bem como da produção de soros e vacinas, sempre para dar apoio às atividades e objetivos do Instituto Butantan.

18.1 Remuneração de pessoal-chave da Administração, Conselho Fiscal e Comitê Externo de Auditoria e Riscos

A remuneração é realizada pela Fundação aos seus empregados que são regidos pelo regime previsto na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), nos termos do estatuto social da Fundação. Dentro de sua estratégia de profissionalização com executivos do mercado, a partir de 2023 passaram a ser remunerados os Conselheiros Fiscais e o Diretor Executivo. Em 2024 houve a constituição do Comitê Externo de Auditoria e Riscos, também remunerado.

Em 2024, o custo total de salários e encargos dos 38 Diretores (31 em 2023), 3 membros do Conselho Fiscal (3 em 2023) e 2 membros do Comitê Externo de Auditoria e Riscos (nenhum em 2022) foi de R\$ 18.515, ante R\$ 18.195 em 2023.

Demais conselheiros, instituidores ou benfeitores não receberam qualquer remuneração, vantagens ou benefícios, direta ou indiretamente, sob qualquer forma ou título, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

19. Patrimônio Líquido

O Patrimônio líquido é composto pelo Patrimônio Social e Superávit do período. Foi constituído pela dotação inicial descrita na escritura pública de constituição, por bens e valores que a este patrimônio venham a ser adicionados por doações feitas por entidades públicas, pessoas jurídicas de direito privado ou pessoas físicas, com o fim específico de incorporação ao patrimônio, bem como, parte de eventuais superávits líquidos provenientes de suas atividades.

A Fundação Butantan pode ser extinta por deliberação fundamentada de seu Conselho Curador com a presença da Promotoria de Justiça de Fundações do Ministério Público do Estado de São Paulo - Comarca de São Paulo, devendo ser aprovada por 3/4 (três quartos) dos Conselheiros, quando se verificar, alternativamente:

- a impossibilidade de sua manutenção
- que a continuidade das atividades não atende ao interesse público ou social do Instituto Butantan e de outros eventuais parceiros
- a ilicitude ou a inutilidade de seus fins.

Ocorrendo a extinção da Fundação, o Conselho Curador, acompanhado do órgão competente do Ministério Público, procederá à sua liquidação, realizando as operações pertinentes, a cobrança e o pagamento das dívidas e demais atos necessários ao encerramento. Concluído o processo, o patrimônio social da Fundação será revertido, integralmente, para o Instituto Butantan.

O resultado das atividades é apurado em conformidade com o regime de competência.

19.1 Superávit do período

O superávit do exercício será incorporado ao patrimônio social após o encerramento do exercício social e aprovação das demonstrações financeiras, em conformidade com as exigências legais e estatutárias, uma vez que o superávit será aplicado integralmente no território nacional, na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos institucionais e de acordo com a Resolução nº 1.409/12 que aprovou a ITG 2002 (R1).

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, o Patrimônio estava composto da seguinte forma:

	2024	2023
Patrimônio social	6.036.242	5.428.014
Superávit do período	826.630	608.228
Total	6.862.872	6.036.242

20. Receita operacional líquida

As receitas líquidas foram constituídas, em sua maioria, pelas vendas realizadas ao Ministério da Saúde em 2024, para atender ao Programa Nacional de Imunização (PNI) e por vendas ao mercado interno privado e mercado externo, além de eventualmente, algumas doações recebidas, convênios, trabalho voluntário e outras receitas.

	2024	2023
Vendas (a)	3.111.231	3.294.086
Convênios	14.078	31.262
Doações	2.694	24.396
Trabalho voluntário (b)	1.008	960
Outras receitas	2.004	2.159
Receita bruta	3.131.015	3.352.863
(-) Devoluções e abatimentos (a)	(391)	(341.738)
(=) Receita líquida	3.130.624	3.011.125

Principais variações no exercício 2024:

- (a) As vendas líquidas, deduzidas das devoluções e abatimentos, aumentaram R\$ 158.495, refletindo as vendas de Adalimumabe, soros, HPV e Hepatite A. Esse aumento foi parcialmente compensado pela redução das vendas da Vacina contra a Covid-19, que em 2023 somaram R\$ 432.594, e não foram comercializadas no exercício de 2024.

Vendas líquidas	2024	2023
Medicamentos	216.942	158.433
Soros	182.417	104.970
Vacinas	2.711.481	2.688.945
Total	3.110.840	2.952.348

- (b) Trabalho voluntário: Conforme estabelecido na Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro, a Fundação valoriza as receitas com trabalhos voluntários, inclusive de membros integrantes de órgãos da administração, em especial os membros do Conselho Curador, sendo mensuradas ao seu valor justo levando-se em consideração os montantes que a Fundação haveria de pagar caso contratasse estes serviços em mercado similar. As receitas com trabalhos voluntários são reconhecidas no resultado do exercício em contrapartida a despesas operacionais também no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2024 a Fundação registrou o montante de R\$ 1.008 (R\$ 960 em 2023).

Política Contábil

A receita proveniente das vendas de produtos é reconhecida de acordo com a NBCTG 47 – Receitas de contrato com cliente, estabelecendo um modelo de cinco etapas para determinar a mensuração da receita e quando e como ela será reconhecida. Dessa forma, a Fundação reconhece receita quando:

- (1) existe um contrato com o cliente.
- (2) são identificadas as obrigações de desempenho a serem atendidas em conexão ao contrato (produtos a serem entregues aos clientes).
- (3) mensuração do valor do contrato.
- (4) alocação do valor do contrato às respectivas obrigações de desempenho.
- (5) determinação da época do reconhecimento de receita (geralmente mediante a transferência dos riscos e benefícios da propriedade dos produtos, mediante respectivo embarque e emissão das notas fiscais de vendas, levando em consideração os *incoterms*).

Esses critérios são considerados atendidos quando os bens são transferidos ao comprador, respeitadas as principais modalidades de fretes praticadas pela Fundação.

A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos e descontos.

21. Custos dos produtos e mercadorias vendidas

	2024	2023
Custo dos Produtos Vendidos (a)	(1.232.142)	(1.200.028)
<i>Custos variáveis</i>	(938.546)	(946.304)
<i>Gastos com pessoal</i>	(217.986)	(181.602)
<i>Manutenção</i>	(35.075)	(29.706)
<i>Depreciação e amortização</i>	(34.424)	(35.894)
<i>Outros</i>	(6.111)	(6.522)
Custo das Mercadorias Vendidas (b)	(369.410)	(269.305)
Outros custos (c)	(107.671)	(68.717)
<i>Descartes (i)</i>	(111.655)	(57.609)
<i>Gastos logísticos (ii)</i>	(1.025)	(7.842)
<i>Ajuste de inventário (iii)</i>	5.009	(3.266)
Total	(1.709.223)	(1.538.050)

(a) Custos dos Produtos Vendidos referem-se aos produtos produzidos pela Fundação.

(b) Custos das Mercadorias Vendidas referem-se aos produtos somente distribuídos. Em 2024 permanecemos com o maior volume em vendas de Adalimumabe e Vacina da Raiva.

(c) Outros Custos:

- (i) Os descartes referem-se a materiais produtivos, destacando-se os seguintes valores:
 - **Vacinas:** Influenza R\$ 26.847 e Covid R\$ 10.401, utilizadas para testes.

- **Cepas:** R\$ 13.351, descartadas devido ao vencimento ou inutilidade.
- **Provisão para obsolescência e *slow-moving*:** R\$ 7.553, correspondente à expectativa de materiais com baixo giro ou desatualizados.

(ii) Em 2024 tivemos uma redução em gastos logísticos correspondente a uma participação menor da Fundação Butantan nas licitações internacionais, principalmente na OPAS (Organização Pan-americana de Saúde).

(iii) O ajuste de inventário foi contabilizado após inventário físico geral realizado em todos os armazéns da Fundação no exercício de 2024. O montante de R\$ 5.009 refere-se a diferenças de quantidades em materiais diretos reconhecidas em 2024.

22. Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Despesas com pessoal (a)	(476.393)	(502.832)
Pesquisa & Desenvolvimento (b)	(197.974)	(324.849)
Depreciações e amortizações	(89.906)	(84.617)
Manutenção (c)	(47.455)	(80.271)
Telefonia e licenças (d)	(39.386)	(22.419)
Serviços de terceiros (e)	(21.010)	(12.963)
Viagens	(5.961)	(5.267)
Serviços comunicação	(3.477)	(3.690)
Locações	(2.963)	(4.421)
Impostos e taxas	(1.495)	(1.899)
Despesas com frota	(1.551)	(1.562)
Outras (f)	(5.935)	(9.924)
Total	(893.506)	(1.054.714)

(a) Em 2024 A Fundação realizou rateio integral dos valores de benefícios, alocando a parte relativa aos funcionários ligados à produção no custo do produto vendido, o que fez com que a despesa de 2024 ficasse menor quando comparado ao ano anterior. Em 2023 houve alocação parcial iniciada na revisão do processo de custeio, efetuada após a implantação do sistema SAP.

(b) Em 2024, observou-se uma redução nos valores destinados a P&D, consequência de diversos fatores que influenciaram essa diminuição. Entre os principais motivos, destacam-se:

- Ensaio clínico fase II da Butanvac – Descontinuado.
- Finalização dos estudos fase III Dengue e Chinkungunya.
- Altos valores gastos em 2023 referente à compra de IFAs de HPV e Hepatite A como parte do processo de PDP (Parcerias para o Desenvolvimento Produtivo)

deste produto, compensados parcialmente pelos gastos com o desenvolvimento de IFAs para o Adalimumabe em 2024.

- (c) Em 2023, a revisão do planejamento de investimentos resultou no reconhecimento de projetos descontinuados no montante de R\$ 34.411, cenário que não se repetiu em 2024. Além disso, a equipe de manutenção dedicou mais esforços às máquinas produtivas, realocando esses gastos para o custo do produto vendido.
- (d) A variação decorre principalmente das licenças de uso do sistema SAP, após o *go-live* em maio/2023 passam a ser consideradas despesas. Em 2024 tivemos o primeiro ano completo de pagamento de licenças justificando o incremento de R\$ 14.829 no resultado.
- (e) A Fundação Butantan realizou uma despesa de R\$ 4.709 referente à contratação de uma empresa especializada em consultoria estratégica, com o objetivo de desenvolver um planejamento estratégico para os próximos anos 30 anos. Adicionalmente, houve uma despesa de R\$ 1.516 destinada a serviços de consultoria na área de TI, para suporte ao Sistema SAP.
- (f) Temos como principal valor Contribuições a entidades de classe corresponde a taxa anual da OMS R\$ 3.375. Em seguida temos seguros R\$ 1.186 e Material de escritório R\$ 1.169.

23. Outras receitas e despesas líquidas

	2024	2023
Despesas judiciais (a)	(25.471)	(5.616)
<i>Impairment</i> e baixa de imobilizado	(5.452)	(14.270)
Inventário (b)	(5.373)	-
Perdas estimadas com fornecedores (c)	(2.462)	6.245
Doações	(358)	(157)
Receitas eventuais (d)	4.216	-
Total	(34.900)	(13.798)

- (a) Montante de R\$ 25.471 é referente à movimentação das provisões trabalhistas e cível em 2024, principalmente o montante de R\$ 24.438 referente ao processo junto ao Tribunal de Contas da União (TCU) conforme divulgado na nota 17.1.
- (b) A Fundação Butantan realizou inventário físico geral em todos os armazéns, o montante R\$ 5.373 refere-se a materiais P&D, indiretos.
- (c) Após revisão do projeto executivo da nova planta de produção de vacinas dTpa, alguns equipamentos com pedido de compra já colocado e adiantamento já efetuado ficaram sem destino, resultando no incremento de provisão de R\$ 2.462 no resultado.

(d) O principal valor se refere à indenização de sinistro referente a importação de equipamentos e materiais no valor R\$ 2.345.

24. Resultado financeiro líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimentos de aplicações financeiras (a)	462.958	364.211
Variação cambial ativa (b)	65.998	137.147
Ganhos com instrumentos derivativos financeiros (c)	41.264	-
Descontos obtidos	742	2.349
Juros recebidos	4	2
	570.966	503.709
Despesas financeiras		
Variação cambial passiva (a)	(112.534)	(187.016)
Perdas com instrumentos dos derivativos financeiros (b)	(10.946)	-
IRRF sobre aplicações financeiras (c)	(79.662)	(72.157)
Perda com correção monetária (d)	(8.926)	-
Juros e multas	(3.558)	(1.628)
IRRF sobre derivativos financeiros (e)	(2.891)	-
Despesas bancárias (f)	(2.764)	(4.713)
IOF - imposto sobre operações financeiras (g)	(964)	(2.233)
Descontos concedidos	-	(75)
	(222.245)	(267.822)
Total	348.721	235.887

Receitas Financeiras:

- (a) Em 2024, o incremento de R\$ 1,3 bilhões no caixa e o aumento da taxa de juros básica contribuíram para um aumento no rendimento de aplicações financeiras, atingindo um total de R\$ 462.958, superior em 27,1% em relação ao exercício de 2023.
- (b) Variação cambial ativa provenientes de operações compradas e vendidas no mercado externo.
- (c) Ganhos sobre liquidação de *Non-Deliverable Forward* (NDF) realizada em 2024 de R\$ 25.492, ajuste da taxa a mercado de R\$ 819 e variação cambial R\$ 14.952.

Despesas Financeiras:

- (a) Variação cambial passiva provenientes de compras e vendas no mercado externo.
- (b) Custo de cobertura referente a contratação de NDF R\$ 2.734 e perda efetiva na liquidação de NDF R\$ 8.211.

- (c) Devido ao aumento dos rendimentos financeiros (Nota “a” das Receitas Financeiras) o IRRF sobre aplicações financeiras foi maior quando comparado a 2023.
- (d) O montante de R\$ 8.861 corresponde à atualização monetária do processo junto ao TCU, registrado nas provisões cíveis, conforme detalhado na nota explicativa 17.1.
- (e) Em 2024 a Fundação Butantan contratou instrumentos derivativos (NDF). Quando a liquidação for positiva, há incidência de IRRF.
- (f) Em 2023 houve recolhimento de taxa de comissão sobre o financiamento do BID no valor de R\$ 4.519.
- (g) Redução de incidência de IOF de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) devido ao incremento de cobertura cambial com bancos locais e redução de aplicações em bancos estrangeiros.

Política Contábil

Receitas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os rendimentos de aplicações financeiras, variações cambiais ativas, descontos obtidos e juros, os quais são registrados no resultado do exercício.

Despesas financeiras

As despesas financeiras compreendem basicamente as variações cambiais passivas, despesas bancárias e juros e multas, os quais são registrados no resultado do exercício.

25. Instrumentos financeiros

Gerenciamento dos riscos financeiros

Como resultado de suas operações, a Fundação enfrenta diferentes riscos financeiros, os quais são administrados em conformidade com as Políticas de Investimentos e Política de *Hedge* Cambial. Estas políticas foram aprovadas pelo Conselho Curador em agosto de 2023.

A Fundação apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- **Risco de crédito**
- **Risco de liquidez**
- **Risco de mercado**
- **Risco de moeda**

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Fundação a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Fundação, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco.

Estrutura do gerenciamento de risco

As políticas de gerenciamento de risco da Fundação são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Fundação, para definir limites e controles de riscos apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites. As políticas e sistemas de gerenciamento de riscos são revisados anualmente ou em qualquer evento adverso de mercado e nas atividades da Fundação. A Fundação, através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendem os seus papéis e obrigações.

25.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Fundação caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Tais riscos surgem dos recebíveis da Fundação em sua maioria concentrados no Ministério da Saúde/Governo Federal – risco soberano e em títulos de mercado de renda fixa com bancos de primeira linha – *rating* AAA em escala nacional.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	Nota	2024	2023
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.910.443	3.648.763
Recursos de parcerias com terceiros (Convênios)	5	22.126	38.786
Contas a receber de clientes	6	314.374	244.738
Adiantamentos e despesas antecipadas	8	7.574	3.423
Total		5.254.517	3.935.710

Caixa e equivalentes de caixa e Recurso de parcerias com terceiros (convênios)

A Fundação detinha caixa e equivalentes de caixa no montante de R\$ 4.910.443 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.648.763 em 2023) e em recurso de parcerias com terceiros (convênios) R\$ 22.126 (R\$ 38.786 em 2023), os quais representam sua máxima exposição de crédito sobre aqueles ativos. O caixa e equivalentes de caixa são mantidos com bancos e instituição financeira de primeira linha – *rating* não inferior ao estabelecido (BBB/Baa2) e patrimônio líquido acima de R\$ 7,5 bilhões, conforme definições da Política de Investimentos.

Contas a receber de clientes

A Fundação possui concentração de suas operações junto ao Ministério da Saúde.

Para os recebíveis classificados como a vencer (risco soberano) na data das demonstrações financeiras, não foram reconhecidas perdas por redução no valor recuperável.

Para outros clientes, a Fundação constitui perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa dos títulos vencidos acima de 60 dias.

Outras contas a receber

Adiantamento a fornecedores: A Fundação monitora a entrega dos produtos e a saúde financeira dos fornecedores assegurando o cumprimento das obrigações contratuais e a realização do ativo.

25.2 Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco de a Fundação encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos comerciais ou financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Fundação na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível o suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação ou a continuidade das transações operacionais da Fundação.

A Fundação possui caixa disponível suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período considerado aceitável, à vista, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras. Isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais e outros eventos de força maior.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de ativos e passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto dos acordos de compensação.

31 de dezembro de 2023	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 Meses
Passivo financeiro não derivativos			
Fornecedores	350.759	52.717	298.042
31 de dezembro de 2024	Valor contábil	2 meses ou menos	2-12 Meses
Passivo financeiro não derivativos			
Fornecedores	424.610	336.835	87.775
Empréstimo e financiamento	11.525	94	11.431

25.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, *commodities* e preços de ações, têm nos resultados da Fundação ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar suas as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Com relação à mitigação do impacto das taxas de juros, nos riscos das aplicações financeiras, a Fundação cumpre sua Política de investimentos em aplicações cujo objetivo é a preservação do capital, em investimentos indexados ao CDI - certificado de depósito interbancário, classificados como renda fixa, tais como: CDBs, letras financeiras de bancos de primeira linha e fundos de renda fixa.

25.4 Risco de moeda

As operações da Fundação estão sujeitas ao risco de câmbio nas vendas e compras em uma moeda diferente da sua respectiva moeda funcional, o Real (R\$). As moedas nas quais estas transações são denominadas principalmente são: Dólar americano (USD), Euro (EUR) e Libra Esterlina (GBP).

Os instrumentos financeiros que impactam o resultado da Fundação ou outros resultados abrangentes devido a variações cambiais incluem: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber e contas a pagar.

A Fundação possui Política de *Hedge* Cambial, que tem como objetivo estabelecer regras gerais, diretrizes, orientações e responsabilidades a serem observadas no processo de precificação e acompanhamento de moedas estrangeiras, assim como na gestão de efeitos cambiais relacionados às suas operações, a fim de assegurar que tais operações devam ser utilizadas exclusivamente para proteção de ativos e passivos em moeda estrangeira evitando especulação face a flutuação da moeda.

A Fundação Butantan otimiza a contratação de instrumentos financeiros para proteção da exposição em risco, considerando e se beneficiando de *hedges* naturais e poderá se utilizar de instrumentos de *hedge* cambial somente quando nas exposições em moeda estrangeira nos seguintes fatores riscos:

- a) Os riscos oriundos da exposição à variação cambial nas operações de importação, exportação e compra e venda de câmbios financeiros.
- b) Para qualquer excepcionalidade desta política, é requerida a aprovação do Conselho Curador com as devidas recomendações do Diretor Financeiro e Diretoria Executiva.

A Fundação não adota a modalidade de contabilização *hedge accounting*. Dessa forma, quando é necessária a contratação de derivativos, os ganhos e perdas mensurados nas operações de *hedge* são integralmente reconhecidos na demonstração do resultado e divulgados nesta nota.

Exposição a moeda estrangeira

A Fundação possui ativos e passivos denominados em moeda estrangeira no balanço de 31 de dezembro de 2024. Para avaliar o impacto potencial das variações cambiais, foram definidos dois cenários. No cenário I, a taxa de câmbio utilizada ajustada em 25,0%, e no cenário II ajustada em -25,0%.

As seguintes taxas de câmbio foram aplicadas durante o ano:

Moeda	Taxa média		Taxa de fechamento na data em 31 de dezembro	
	2024	2023	2024	2023
USD	5,3920	4,9953	6,1923	4,8407
EUR	5,8340	5,4023	6,4363	5,3490
CHF	6,1299	6,2119	6,8393	6,1559

A tabela abaixo apresenta uma simulação do impacto da variação cambial nos itens do balanço patrimonial e no resultado financeiro, levando em consideração os saldos em 31 de dezembro de 2024.

Análise de sensibilidade

	Saldo em 31/12/2024		Cenário I		Cenário II	
	Montante Moeda Original	Taxa (Ptax 31/12/2024)	R\$ ganho (perda)	Taxa (+ 25%)	R\$ ganho (perda)	Taxa (-25%)
USD						
Caixa e equivalente de caixa em moeda estrangeira	1.076	6,1923	1.666	7,7404	(1.666)	4,6442
Instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira	26.033	6,1923	40.301	7,7404	(40.301)	4,6442
Contas a receber de clientes	191	6,1923	296	7,7404	(296)	4,6442
Fornecedores em moeda estrangeira	(22.179)	6,1923	(34.335)	7,7404	34.335	4,6442
Efeito líquido no resultado financeiro (R\$)	5.121		7.928		(7.928)	
EUR						
Instrumentos financeiros derivativos em moeda estrangeira	1.299	6,4363	2.090	8,0454	(2.090)	4,8272
Fornecedores em moeda estrangeira	(6.775)	6,4363	(10.901)	8,0454	10.901	4,8272
Efeito líquido no resultado financeiro (R\$)	(5.476)		(8.811)		8.811	
CHF						
Fornecedores em moeda estrangeira	(6)	6,8393	(10)	8,5491	10	5,1295
Efeito líquido no resultado financeiro (R\$)	(6)		(10)		10	
Total	(361)		(894)		894	

Valor justo contra valor contábil

Os valores justos dos ativos e passivos financeiros, juntamente com os valores apresentados na demonstração financeira, são os seguintes:

31 de dezembro de 2024	Nota	Designados ao valor justo por meio do resultado	Empréstimos e Recebíveis	Outros passivos financeiros	Total contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa	4	4.909.041	1.402	-	4.910.443	4.910.443
Recursos de parcerias com terceiros (convênios)	5	22.120	6	-	22.126	22.126
Conta a receber de clientes	6	-	314.374	-	314.374	314.374
Fornecedores	11	-	-	(424.610)	(424.610)	(424.610)
Empréstimos e financiamentos	12	-	(11.525)	-	(11.525)	(11.525)
Total		4.931.161	304.257	(424.610)	4.810.808	4.810.808

Notas explicativas da Administração às Demonstrações Financeiras dos Exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma).

Hierarquia do valor justo

Devido ao ciclo de curto prazo, pressupõe-se que o valor justo dos saldos de caixa e equivalentes de caixa, recursos de parcerias com terceiros (convênios), contas a receber e contas a pagar a fornecedores estejam próximos aos seus valores contábeis.

Valendo-se destas abordagens, a Fundação presume o valor que participantes do mercado utilizariam para precificar o ativo ou passivo, incluindo hipóteses acerca de riscos ou riscos inerentes das entradas (*inputs*) usadas nas técnicas de avaliação. Essas entradas podem ser facilmente observáveis, confirmados pelo mercado, ou não observáveis. A Fundação utiliza técnicas que maximizam o uso de entradas observáveis e minimiza o uso das não observáveis. De acordo com o pronunciamento, essas entradas para mensurar o valor justo são classificadas em três níveis de hierarquia.

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo deverão ser classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

- Nível 1 – Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração.
- Nível 2 – Preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo.
- Nível 3 – Ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O processo de mensuração do valor justo dos instrumentos financeiros da Fundação está classificado como Nível 2.

Instrumentos Financeiros Derivativos

Em 2024, a Fundação Butantan adquiriu contratos de NDF (*Non-Deliverable Forward*), um instrumento financeiro que permite fixar antecipadamente uma taxa de câmbio para uma data futura.

Esses contratos são liquidados no vencimento pela diferença entre a taxa de câmbio contratada e a taxa de mercado vigente, conforme definido como referência.

O principal objetivo dos NDFs é oferecer proteção contra a volatilidade cambial. Como a Fundação Butantan realiza transações internacionais, incluindo importações e exportações, esses instrumentos são utilizados para mitigar os riscos associados às flutuações das taxas de câmbio de moedas estrangeiras.

Em conformidade com a política de hedge cambial implementada pela Fundação, em 2024, os instrumentos de hedge foram utilizados exclusivamente para proteger as exposições em moedas estrangeiras.

Esse processo incluiu a precificação, o monitoramento e a gestão dos impactos cambiais relacionados às operações financeiras e comerciais da Fundação.

A política de hedge cambial foi desenvolvida com o objetivo de assegurar que esses instrumentos sejam aplicados apenas para a proteção de ativos e passivos em moedas estrangeiras, evitando qualquer uso especulativo em relação às oscilações das taxas de câmbio.

26. Aspectos fiscais – (renúncia fiscal)

Em atendimento ao item 27, letra “c” da ITG 2002 (R1) – entidade sem finalidade de lucros, a Fundação apresenta a seguir a relação dos tributos objetos da renúncia fiscal para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2024:

- **ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços):** Conforme o Convênio ICMS 87/02, há isenção desse imposto nas operações com fármacos e medicamentos destinados a órgãos da Administração Pública federal, estadual e municipal.
- **PIS e COFINS (Programa de Integração Social e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social):** As alíquotas padrão de 0,65% (PIS) e 3,0% (COFINS) são reduzidas a zero conforme o artigo 1º do Decreto nº 6.426/2008. Essa isenção aplica-se às receitas decorrentes da venda interna e importação de produtos destinados a campanhas de saúde pública, listados no Anexo III desse decreto e classificados nas NCM 30.02, 30.06, 39.26, 40.15 e 90.18. O artigo 2º do mesmo decreto estende a isenção às importações dos produtos farmacêuticos classificados nas NCM 3002.90.20, 3002.90.92 e 3002.90.99. Além disso, conforme a Medida Provisória nº 2.158-35/2001, fundações de direito privado e públicas mantidas pelo Poder Público contribuem com PIS/PASEP sobre a folha de salários à alíquota de 1,0%, e suas receitas relativas às atividades próprias são isentas de COFINS desde 1º de fevereiro de 1999.
- **IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados):** A Fundação Butantan, por seu credenciamento para importação destinada à pesquisa no CNPq, tem direito à isenção do IPI. Conforme a tabela TIPI, os produtos farmacêuticos classificados nos grupos NCM 3002 a 3005 possuem alíquota de IPI de 0,0%.
- **II (Imposto de Importação):** A importação para pesquisa realizada pela Fundação Butantan, credenciada pelo CNPq, é isenta do Imposto de Importação. Além disso, há reduções de alíquotas conforme o inciso I, parágrafo 4º, artigo 1º da Resolução do Senado nº 13/2012 e atualizações da Resolução GECEX/CAMEX para os NCM listados em seus anexos.
- **AFRMM (Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante):** Importações realizadas por via aquaviária destinadas à pesquisa e desenvolvimento podem ser isentas,

desde que atendam aos critérios do CNPq. No caso de importações para comercialização, incide a alíquota de 25,0% sobre a remuneração do transporte aquaviário.

- **ITCMD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação):** No estado de São Paulo, a isenção pode ocorrer se a doação não ultrapassar 2.500 UFESPs por doador ou se a instituição for reconhecida como promotora de direitos humanos, cultura ou preservação ambiental.
- **IRPJ (Imposto de Renda da Pessoa Jurídica) e CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido):** Como entidade sem fins lucrativos, a Fundação Butantan está isenta desses tributos, conforme o artigo 15 da Lei nº 9.532/97, combinado com o Decreto nº 9.580/2018 (Regulamento do Imposto de Renda – RIR, artigos 178 a 184).

27. Cobertura de seguros

Tipo	Valor do principal	Vigência	
		Início	Fim
Auto Frota	De acordo com a Tabela Fipe 100%	28/04/2024	28/04/2025
Responsabilidade Civil - D&O	200.000	31/12/2023	31/12/2024
Responsabilidade Civil Geral	1.500	11/04/2024	11/04/2025
Responsabilidade Civil Geral - Testes Clínicos	10.000	07/07/2021	07/07/2025
Riscos Nomeados - Patrimonial	33.000	11/04/2024	11/04/2025
Transporte Internacional - Exportação	5.000	29/07/2024	29/07/2025
Transporte Internacional - Importação	5.000	11/08/2024	11/08/2025
Total	254.500		

28. Eventos subsequentes

Em janeiro de 2025, a Fundação efetuou o pagamento do processo judicial junto ao TCU, cujo prognóstico havia sido atualizado para provável, citado na nota 17, no valor atualizado de R\$ 28.635.

O Butantan anunciou, no final de fevereiro, a aprovação de dois novos programas via PDIL (Programa de Desenvolvimento e Inovação Local) e uma PDP (Parceria para o Desenvolvimento Produtivo), com apoio do Ministério da Saúde. Dentre os projetos apresentados, destaca-se a PDP com a Pfizer para internalizar a produção da vacina contra o vírus sincicial respiratório (VSR), com previsão de até 8 milhões de doses anuais. O VSR é responsável por doenças respiratórias graves, como por exemplo a bronquiolite e a pneumonia, principalmente em crianças e idosos.

Quanto aos programas do PDIL, foram anunciadas duas iniciativas: o desenvolvimento e a produção de uma vacina contra a gripe aviária (H5N8) para preparação para uma eventual pandemia e o segundo projeto de fabricação em larga escala da vacina Butantan-DV, primeira dose única 100% nacional contra a dengue. O projeto prevê oferta de 60 milhões de doses anuais a partir de 2026, com possibilidade de ampliação. A vacina, com eficácia de até 89,2%, aguarda aprovação da Anvisa e análise da Conitec para incorporação ao SUS.

São Paulo, 14 março de março de 2025.

Assinado por:

Ana Paula Cerqueira

6F93C02C35DF4DB...

Ana Paula Marzano Cerqueira

Gerente Contábil e Fiscal

CRC 1SP204118/O

DocuSigned by:

Luiz Roberto Cassab Mousinho

115AB83999BD45B...

Luiz Roberto Cassab Mousinho


Diretor Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

As Demonstrações Financeiras da Fundação Butantan, que incluem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024, juntamente com as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, acompanhadas do resumo das principais práticas contábeis e notas explicativas e do Relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S, foram examinadas pelo Conselho Fiscal.

Com base na análise desses documentos, no relatório da Ernst & Young Auditores Independentes S/S sobre as Demonstrações Financeiras, que não apresenta ressalvas, e nos esclarecimentos fornecidos pelos representantes da administração da Fundação, os membros do Conselho Fiscal entendem, de forma unânime, que as demonstrações financeiras refletem em seus aspectos relevantes a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades da Fundação no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, e podem ser encaminhadas para apreciação pelo Conselho Curador.

São Paulo, 14 de março de 2025.

Assinado por:

AC718140680C424...

Ieda Cristina Corrêa Bhering da Silva

Presidente do Conselho Fiscal

DocuSigned by:

62612F5A2697465...

André Aroldo Freitas de Moura

Membro do Conselho Fiscal

Assinado por:

80BD8FB10B5F48B...

Guilherme Bueno de Camargo

Membro do Conselho Fiscal

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Na qualidade de diretores da Fundação Butantan ("Fundação"), entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alvarenga, 1396, Butantã, CEP 05509-002, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.189.445/0001-56, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos integralmente com o conjunto das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 14 de março de 2025.

DocuSigned by:
Luiz Roberto Cassab Mousinho
115AB83999BD45B...

Luiz Roberto Cassab Mousinho
Diretor Financeiro

Assinado por:
Marcio Lassance
A286EC7079794AB...

Márcio Augusto Lassance Cunha Filho
Superintendente

Assinado por:
Saulo Simoni Nacif
BEC442216D6544F...

Saulo Simoni Nacif
Diretor Executivo

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Na qualidade de diretores da Fundação Butantan ("Fundação"), entidade jurídica de direito privado e sem fins lucrativos, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alvarenga, 1396, Butantã, CEP 05509-002, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 61.189.445/0001-56, declaramos que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes referente ao conjunto das Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

São Paulo, 14 de março de 2025.

DocuSigned by:

Luiz Roberto Cassab Mousinho

115AB83999BD45B...

Luiz Roberto Cassab Mousinho

Diretor Financeiro

Assinado por:

Marcio Lassance

A266EC7079794AB...

Márcio Augusto Lassance Cunha Filho

Superintendente

Assinado por:

Saulo Simoni Nacif

BEC442216D6544F...

Saulo Simoni Nacif

Diretor Executivo